



DOSSIÊ



Habitando as Margens:

Patologização das Identidades Trans e a Colonialidade do Poder no Brasil

Juno Nedel Mendes de AGUIAR, *Universidade Federal de Santa Catarina*

Vic GUIMARÃES, *Universidade Federal de Santa Catarina*

Resumo: O presente artigo busca investigar o processo de patologização das identidades trans no Brasil a partir do uso de cisgeneridade, branquitude e colonialidade do poder como categorias analíticas. Nesse sentido, propomos articular o conceito de sistema-mundo colonial a partir da ótica de um brancocistema-mundo, evidenciando como a colonialidade tanto agencia quanto é agenciada na imbricação histórica entre essas duas posições de poder. Ao longo do artigo, dedicamos nossa análise aos trabalhos de David Cauldwell (1949), que cunhou o termo “transexual”, e Harry Benjamin (1959), que popularizou este termo na década de 1950. Com isso, buscamos evidenciar que o paradigma patologizante da transgeneridade, ao mesmo passo em que vinculava a diversidade das identidades de gênero humanas às categorias diagnósticas, preconizando desde ali os tratamentos para a sua “cura”, também estabeleceu a cisgeneridade heteronormativa, branca, endossexual e capacitista como norma implícita de existência.

PALAVRAS-CHAVE: Patologização. Transgeneridade. Branquitude. Colonialidade do Poder. Cisgeneridade.



Introdução

A patologização das identidades trans no Brasil pode ser definida como um paradigma biomédico-científico que enquadra a transgeneridade como patologia ou transtorno de identidade psíquico. Este paradigma tem suas raízes no século XIX, mas atingiu sua máxima expressão na década de 1950, com a criação e popularização da categoria diagnóstica de “transexual” na literatura científica (AGUIAR, 2020; LEITE JÚNIOR, 2008; STRYKER, 2012).

Aqui, entendemos transgeneridade como uma identidade sócio-política e como um marcador de diferenças localizado histórica e culturalmente. Nesse sentido, “transgeneridade” é uma categoria contingente, que ganhou força a partir dos anos 1990 na Europa e nos Estados Unidos, mas que, na condição de fenômeno social, vem sendo objeto de estudos científicos desde o século XIX no ocidente (CASTEL, 2001). Ressaltamos, contudo, que essa posição identitária é apenas uma dentre as tantas expressões gênero-diversas atravessadas pelo apagamento imposto pela colonialidade do gênero (LUGONES, 2014), de forma que não pretendemos articulá-la como uma noção que abarca toda essa variedade de modos de existência.

A partir de Vergueiro (2015), propomos analisar a patologização das identidades trans pela perspectiva de um brancocistema-mundo, evidenciando a maneira como a colonialidade agencia e é agenciada na imbricação histórica entre gênero e racialidade em parâmetros normativos. Esta discussão ganhará forma na primeira seção deste artigo.

Na sequência, faremos a análise de dois trabalhos que se tornaram referências no campo da Sexologia, contribuindo para a consolidação de “transexual” como categoria diagnóstica. Pode-se dizer que estes trabalhos lançaram as bases de boa parte da abordagem médica moderna às questões de transgeneridade, engendrando posteriormente a produção de saberes/poderes no campo da medicina-legal brasileira (AGUIAR, 2020). O primeiro trata-se de “Psychopathia Transexualis” (1949), do sexólogo estadunidense David Cauldwell, que alegadamente cunhou o termo “transexual”. O segundo trabalho analisado consiste no artigo “Transsexualism and Transvestism as Psycho-Somatic and Somato-Psychic Syndromes” (1959), publicado pelo alemão Harry Benjamin, que popularizou o termo “transexual” na década de 1950.



Por fim, investigamos as imbricações da colonialidade do poder, do saber e do gênero na patologização das identidades trans desde Abya Yala, entendendo racismo, etnocídio e cisnormatividade como tecnologias biopolíticas de colonização do ser dentro do projeto civilizacional colonial que constituiu a nação brasileira.

Compreendendo que os domínios de produção, legitimação e disseminação do conhecimento são atravessados pelas sistemáticas epistemicidas da colonialidade (CARNEIRO, 2005; SANTOS, 2009; VERGUEIRO, 2015), apostamos em uma via contra-colonial (SANTOS, *ibid.*) de marcação dos campos enunciativos a partir dos quais este artigo é articulado. Ao nos localizarmos como pessoas trans, brancas, brasileiras, endossexuais e sem deficiência, buscamos desnaturalizar as premissas coloniais de esvaziamento geo-corpo-político do saber (GROSFOGUEL, 2008). Assim investimos em evidenciar, simultaneamente, que nossos estudos emergem de localizações sócio-políticas inalienáveis, imbricadas nas relações de poder que estruturam o brancocistema-mundo, e que nossa posição pesquisadora, TRANSversada, compõe um deslocamento dos vetores de enunciação predeterminados para as vidas não-cisgêneras na colonialidade.

Com este olhar o presente artigo busca investigar o processo de patologização das identidades trans no Brasil a partir do uso de cisgeneridade, branquitude e colonialidade do poder como categorias analíticas.

Algumas Interloquções entre Cisgeneridade, Branquitude e Colonialidade

Compreendidas enquanto categorias analíticas essenciais para uma miríade de campos de estudo cada vez mais pertinentes, a cisgeneridade (BAGAGLI, 2017; KOYAMA, 2021; LANZ, 2014; RADI, 2019; VERGUEIRO, 2015) e a branquitude (BENTO, 2002a, 2002b; CARNEIRO, 2005; FRANKENBERG, 2004; SCHUCHMAN, 2014; NÚÑEZ, 2020;) carregam traços comuns no que tange não apenas à sua posição hegemônica, mas também às condições históricas e estruturais de seu aparecimento. Articulações interseccionais desses conceitos vêm indicando correlações fundamentais entre os dois elementos e ainda a um terceiro, o da matriz colonial de poder. As trocas construídas no interior do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), estruturado ao longo da



década de 1990, delinearão tal matriz nos termos de uma colonialidade do poder-saber, incorporando a noção de que a reprodução de sua sistemática se dá, ao menos, nessa dupla dimensão.

Em uma posição analítica central, o conceito de colonialidade do poder - desenvolvido por Aníbal Quijano (2005) em 1989 e amplamente trabalhado pelos componentes do M/C desde então - veio a exprimir a constatação basilar de que as relações entrelaçadas e mutuamente constitutivas entre a divisão internacional do trabalho, a hegemonia epistemológica eurocêntrica e as produções de uma hierarquia étnico-racial global não findaram com término do colonialismo.

Indicando que o imaginário e as tecnologias coloniais de dominação e de extermínio seguem em continuidade mesmo após o fim das administrações coloniais, Quijano (ibid.) dimensiona que os processos que supostamente teriam sido superados nessa virada histórica são, em verdade, atualizados em prol da manutenção das dicotomias de poder da colonialidade. Nesse ínterim, Walter Mignolo (2010) dimensiona que tal processualidade fundamentalmente estrutura o sistema-mundo ¹ moderno/colonial contemporâneo segundo uma matriz de poder articulada pelo controle da economia, da autoridade, da natureza e dos recursos naturais, do gênero e da sexualidade, bem como da subjetividade e das produções de conhecimento. Segundo Ramón Grosfoguel (2008), a teorização de Quijano sobre a colonialidade do poder permite seu entendimento como um enredamento, ou como uma interseccionalidade, de múltiplas e heterogêneas produções de hierarquias globalmente disseminadas e orientadas pelo princípio da exploração, sobre as quais as noções de raça e racismo despontam como princípios organizadores e estruturantes.

Conferindo um aspecto central à colonialidade do saber, ou à dependência epistêmica dos territórios colonizados, Quijano (op. cit.) introduz ainda a problemática da perpetuação da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e da linhagem de elaborações teóricas que subsidiam a naturalização das relações coloniais, sobretudo no que tange às ideias de raça e de hierarquização étnico-racial no sistema-mundo colonial.

Tal concepção veio a ser desenvolvida por Ramón Grosfoguel (ibid.) enquanto a via de imposição de um ponto de vista universalista, “neutro” e “objetivo” que não apenas submete as formas de produção,

¹ Aqui, faz referência ao conceito de sistema-mundo, tal como desenvolvido por Immanuel Wallerstein (1999), baseado no conceito de economia-mundo, proposto por Fernand Braudel (1988).



legitimação e disseminação do conhecimento ao crivo de uma específica figura do saber-poder (corporificada enquanto branca, europeia e masculina, e aqui também adicionamos os marcadores da cisgeneridade, da endossexualidade e do padrão corporal sem deficiência), mas efetivamente explora e exclui da esfera de produção epistêmica todas as vidas que lhe são Outras (CARNEIRO, 2005; KILOMBA, 2019; NASCIMENTO, 2021). A produção ativa das desigualdades, que caracterizam e extrapolam esse domínio epistêmico, é dimensionada pelo sociólogo porto-riquenho nos termos de um sistema-mundo que não se resume a uma composição moderna/colonial; incorpora, também, os sentidos de dominação “ocidentais”, “cristianocêntricos”, “capitalistas” e “patriarcais”² (GROSFOGUEL, *ibid.*).

Embora os aspectos das hierarquias de gênero sejam minimamente explicitados nessa dinâmica, não aparecem aqui ou na maioria dos trabalhos do Grupo M/C com a proporção que é conferida por outras pessoas pensadoras do sul de Abya Yala³, como a argentina María Lugones e a brasileira Viviane Vergueiro. As vias assumidas pelas duas autoras nos interessam na medida em que refletem perspectivas críticas sobre raça, racialização e gênero desde um lugar histórica e estruturalmente marginalizado pelos processos coloniais, enunciações igualmente excluídas dos espaços legitimados de produção do conhecimento por uma fronteira epistemicida (CARNEIRO, 2005; SANTOS, 2009; VERGUEIRO, 2015)⁴.

É seguindo as pistas de tais trabalhos que estrategicamente direcionamos pensar o sistema-mundo colonial em termos de duas categorias de análise que são ali identificadas, ainda em uma dimensão interseccional (CRENSHAW, 2002), como as posições de exercício do

² O conceito de *patriarcado*, ao ser utilizado como chave heurística, deve ser articulado com *cisgeneridade* e *branquitude*, no entendimento de que os corpos ocupam distintos lugares sócio-políticos no entrecruzamento de privilégios dentro da matriz colonial do poder. De outra forma, sua interpretação pode levar à análise indiscriminada e totalizante de sujeitos como dominadores e sujeitos como dominados, tomando como referência apenas o gênero, aqui pautado pelo sujeito universalmente branco e cis.

³ Abya Yala ou Abiyala é uma expressão do povo Guna (Panamá) que vem sendo articulada por lideranças indígenas de diversos territórios, desde o Conselho Mundial dos Povos Indígenas de 1977, para designar o continente denominado como “América”, assim registrado pela primeira vez em 1507, em homenagem ao explorador italiano Américo Vespúcio. A expressão representa uma recusa das terminologias e projeções coloniais em prol da afirmação de uma presença histórica e atual dos povos indígenas desta terra. Ver mais em: Lisboa (2014).

⁴ O conceito de *epistemicídio* é definido por Boaventura de Souza Santos como um processo vinculado “à destruição de algumas formas de saber locais, à inferiorização de outros, desperdiçando-se, em nome dos desígnios do colonialismo, a riqueza de perspectivas presente na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas” (2009, p. 183).



poderio colonial nas dicotomias fundantes de raça e de gênero: a branquitude e a cisgeneridade. Nesse sentido, e a partir de uma dobra concebida por Vergueiro (ibid.), propomos articular o conceito de sistema-mundo colonial a partir da ótica de um *brancocistema-mundo*, evidenciando como a colonialidade tanto agencia quanto é agenciada na imbricação histórica entre essas duas posições de poder.

Compreender as dinâmicas coloniais nesses parâmetros é notabilizar aquilo que María Lugones (2014) denominou colonialidade do gênero, isto é, a concepção de que os agenciamentos da colonialidade do poder, saber, ser, natureza e linguagem constituem e são constituídos por meio de uma opressão de gênero racializada. Para Lugones, a imposição da categorização binária do gênero, baseada na concepção de um dimorfismo sexual, é uma das principais manifestações da hierarquia dicotômica central dos projetos coloniais: aquela entre as ideias de humano e de não humano, onde as categorias de homem/mulher são unicamente relacionáveis a uma pertença à humanidade.

A produção dessas noções, segundo a autora, é interdependente à construção histórica e política das categorias e das hierarquizações raciais - um fator que se torna evidente pela maneira como a branquitude é naturalizada como referência para a condição humana, bem como é elegida enquanto única grupalidade racial compatível a tal constructo, ainda no primeiro ciclo colonial europeu. Comunidades e pessoas racializadas como negras, indígenas, marrons e amarelas (em suma, pessoas não-brancas, sequer conciliáveis à noção colonial de “pessoa”) são então caracterizadas em um domínio animalizado e portanto sem-gênero, no máximo diferenciado, binariamente, em marcações sexuais de “macho/fêmea”.

A pertença de pessoas não-brancas às categorias generificadas “homem” e “mulher”, interdependentes da noção de humanidade, é vetada desde o princípio das invasões em Abya Yala e no continente africano, uma vez que “tornar os/as colonizados/as em seres humanos não era uma meta colonial” (LUGONES, ibid., p. 938). Pesquisas como a de Oyèrónkẹ́ Oyěwùmí (2021) apontam ainda que, articulada ao componente fundante da desumanização, a generificação de populações não-brancas envolveu um processo ativo de deslegitimação das organizações sociais análogas àquelas de gênero e preexistentes às violações coloniais nos diversos territórios afetados. De acordo com ambos os trabalhos, essa sistemática remete a uma via específica dos projetos de dominação que se caracteriza pelo apagamento, pela



criminalização e pela patologização das expressões sócio-culturais nativas catalogadas, conjuntamente, como manifestações desviantes da dicotomia de gênero colonial.

Incompatíveis com as formulações binárias da colonialidade sobre o gênero — que podem ser lidas a partir da ótica de imposição de uma bio-lógica (OYĒWÙMÍ, *ibid.*) normativa cisgênera — tais organizações são significadas em uma dimensão de diferença constitutiva às delimitações do sujeito colonial (materializado na figura cis masculina, europeia, branca, heterossexual, endossexual e sem deficiência). Essa e qualquer forma de diferença instituída no brancocistema-mundo, conforme nos aponta Achille Mbembe (2016), é significada como a base ideológica que legitima o direito de matar no interior de uma política da inimizade, a saber, um amplo projeto de aniquilamento que entrelaça o genocídio, o etnocídio, o epistemicídio e a objetificação das vidas outrificadas.

O repertório conceitual acessado e articulado até este ponto nos permite conduzir algumas percepções acerca dos conceitos-chave propostos: a noção de que é crucial desenvolver uma abordagem da colonialidade através do entrelaçamento histórico e estrutural das hierarquizações étnico-raciais, de gênero, dos parâmetros do humano e do não humano; de que a chave analítica da branquitude não se desvencilha da interpretação crítica da colonialidade do poder, do saber e do gênero, dado que constitui seus agenciamentos e é por eles constituída; e de que a colonialidade do gênero, lida a partir da chave da imposição da bio-lógica do dimorfismo sexual⁵, articula a branquitude e a cisgeneridade em parâmetros inseparáveis.

Tomar a branquitude e a cisgeneridade como categorias analíticas é um movimento que vem sendo intensificado a partir da entrada de pessoas não-brancas e gênero-diversas nos circuitos de produção acadêmica⁶, onde sua presença é viabilizada por meio do tensionamento dos ditames que efetivamente regulam quais corpos são passíveis de ocupar a atividade pesquisadora. Esse deslocamento configura algo que Kilomba (2019) chama de tornar-se a oposição absoluta daquilo que o

⁵ Sobre a construção do paradigma do “dimorfismo sexual” no âmbito dos discursos médico-científicos europeus, ver LAQUEUR (2001).

⁶ Ao apontar este tópico, não pretendemos afirmar que todo conhecimento produzido por pessoas gênero-diversas, não-heterossexuais e não-brancas será sempre necessariamente contra-hegemônico; tampouco pretendemos desconsiderar o conjunto de pesquisas produzido por pessoas cisgêneras e/ou brancas no Brasil e fora dele, tendo a branquitude e a cisgeneridade como objeto de estudo a partir de inúmeras disciplinas. Esta questão será detalhada na última seção deste artigo.



projeto colonial predeterminedou para as vidas outrificadas: defendendo sua permanência naqueles espaços, essas existências afirmam-se na posição de sujeitos e retiram-se do locus imposto de objeto. Delineado na colonialidade como o posto próprio para as figuras não-hegemônicas, tal posição aprisiona suas realidades, identidades e narrativas em definições e determinações agenciadas exclusivamente por sujeitos em posição dominante, e em prol de uma relação de subjugação para com os mesmos.

É em meio a tal deslocamento que os campos dos estudos críticos da branquitude e dos estudos transgêneros emergem em uma compatibilidade histórico-geográfica, nos Estados Unidos da década de 1990; seus circuitos conceituais, contudo, somente vêm a se cruzar mais à frente. Ambos os projetos carregam o propósito fundamental de evidenciar localizações sócio-políticas previamente não marcadas (VIDAL-ORTIZ, 2014), especialmente a partir das perspectivas não-brancas e não-cisgêneras, constituindo de um lado a branquitude e de outro a cisgeneridade como principais categorias de análise. Conforme ressalta a ativista trans e pesquisadora nipo-estadunidense Emi Koyama (2013), essas categorias trazem de início algumas similitudes: um entrelaçamento histórico e estrutural que, assim como suas posições de poder, é estrategicamente ofuscado; uma articulação enquanto condições naturais, inerentes e determinantes da experiência humana; e uma dificuldade de serem colocadas como questão de estudo, especialmente em via interseccional.

A expansão dos estudos críticos da branquitude, enquanto um campo próprio, possibilitou uma mirada dos complexos globais da branquitude e das condições específicas tanto de sua estruturação quanto de seus agenciamentos a níveis locais, promovendo um enfoque sobre as questões da dominância branca e de sua reprodução.

Nesse ínterim, Maria Aparecida Bento define a branquitude enquanto “um lugar de privilégio racial, econômico e político, no qual a racialidade, não nomeada como tal, carregada de valores, de experiências, de identificações afetivas, acaba por definir a sociedade” (2002b, p. 7). Lia Vainer Schucman (2012) acrescenta que a branquitude é também um dispositivo que produz condições profundamente desiguais entre pessoas brancas e não-brancas, além de uma posição de acesso privilegiado a recursos materiais e simbólicos gerados pelo colonialismo e preservados pela colonialidade. Conforme sinalizado pela autora, é em tais processos históricos que a branquitude passa a ser constituída como um constructo político-ideológico de poder, onde a identidade racial branca é assumida



como modelo paradigmático para a condição “natural” ou “neutra” do ser humano.

Tomando o contexto brasileiro como campo de análise, pesquisas como a de Miranda (2017) indicam que a branquitude se define fora de um sistema propriamente racial em benefício da preservação de seus privilégios, isto é, se reconhece menos no lugar da racialidade que do grupo social: se coloca “simplesmente” como norma, padrão, humano, pessoa. Dessa forma, ao indivíduo branco é conferido o poder de escolher evidenciar ou não sua identidade marcada racialmente, dinamizando-a inclusive enquanto “neutra” (SILVA, 2017); ainda de acordo com Frankenberg (2004), a possibilidade de anunciar ou tornar invisível, ao menos aos seus próprios olhos, é um artifício empregado pela branquitude conforme e em prol de seus interesses.

A dinâmica de invisibilização ou de esvaziamento da branquitude enquanto lugar marcado e produzido também é identificada por Vergueiro (op. cit.) nas formulações da cisgeneridade, chamando de “silêncio descritivo” o movimento de naturalização dessa identidade de gênero em contraposição ao tratamento conferido a outras formas de expressão, patologicamente demarcáveis e categorizáveis como gênero-inconformes. Os estudos transgêneros, assim como os estudos críticos da branquitude, devolvem o olhar sobre essas posições e apontam seu caráter profundamente artificial e normativo, passando a denominá-las e trazê-las para análise. Segundo Koyama (2002), o termo “cisgênero” foi primeiramente cunhado em 1995 por Carl Buijjs, um homem trans, para denominar as pessoas previamente colocadas como não-transgêneras; as palavras “cissexual” e “cissexista”, conforme a autora, se originaram do campo de ativismo trans dos anos 1990 para descrever as posições normativas e descentralizar a hegemonia “cis” em um deslocamento dos vetores enunciativos impostos pela colonialidade.

Trazer a cisgeneridade e a cisnormatividade como categorias de análise envolve dimensionar, portanto, o caráter histórico, conceitual e etimológico da sua relação com a “transgeneridade”. Implica, ainda, em não apenas reconhecer o seu emprego entre as comunidades gênero-diversas de onde se originam, atentando para a condição estrutural de exclusão desses grupos dos espaços acadêmicos, mas também complexificá-las.

No contexto rotineiro dessas comunidades o conceito de cisgeneridade pode ser encontrado, tal como coloca a pesquisadora



travesti Jaqueline Gomes de Jesus (2012), na condição de termo “guarda-chuva” que abrange pessoas que se identificam com o gênero determinado tal qual no seu nascimento; ou mesmo como propõe a autora travesti Letícia Lanz (2014), definindo pessoas “bem ajustadas” ao rótulo de identidade de gênero imposto em função de suas genitálias - indivíduos que, segundo a pesquisadora, estão de acordo “e normalmente se sentem confortáveis com os papéis sociais atribuídos ao gênero que pertencem” (p. 296). No entanto, Sofia Favero (2019), psicóloga e escritora travesti, indica que esse tipo de definição carece de complexificação na medida em que a cisgeneridade diz respeito não somente a um processo subjetivo, mas de fato a uma ordem política.

Seguindo as pistas de Favero (ibid.), buscamos complexificar a categoria analítica da cisgeneridade desde as chaves da branquitude e da colonialidade do poder, do saber e do gênero, compreendendo a necessidade de se reforçar a interdependência conceitual e material desses construtos (sobretudo diante da escassez desse movimento na literatura acadêmica). A (re)produção mútua entre a colonialidade do gênero e a cisnormatividade pode ser evidenciada ainda no que tange à orientação comum pela bio-lógica do dimorfismo sexual, bem como pelas categorias binárias homem/mulher que, conforme já explicitadas, relacionam-se exclusivamente com o reconhecimento do ser no interior de uma humanidade que só cabe à branquitude. Analisar a cisgeneridade enquanto categoria social e historicamente construída dirige, portanto, à identificação de que a produção da cisnorma não existe sem a imposição da hegemonia branca. É nesse sentido que podemos afirmar uma branco-cis-normatividade, ou seja, uma complexa composição de poder que não apenas é inserida pela via da colonialidade, mas a sustenta no passado e no presente históricos.

Ao passo que “cis” apresenta uma virada político-epistemológica e substitui nomeações como “normal”, “natural” e “biológico” para definir alguém que não é trans (KOYAMA, 2013), uma série de limitações ainda figuram seu campo conceitual - sobretudo no que tange à sua interseccionalização com as questões da raça e da racialização, da interssexualidade, da variação corporal e da deficiência, assim como da diversidade de expressões de gênero que não cabem na dicotomia cis-trans (como as identidades Two-Spirit, de povos indígenas do norte de Abya Yala, e hijra, da Índia).

Levando isso em consideração, se a normatividade do gênero, na organização da colonialidade do poder, é articulada nos termos da



pertença ou da incompatibilidade com a condição humana/branca, cabe uma reinterpretação que dimensione o locus “cis” no sentido de uma profusão de posições dinamizadas diferentemente dentre as vivências racializadas. Ao indagarmos se há, de fato, uma caracterização uniforme das experiências brancas, negras, indígenas, marrons ou amarelas da cisgeneridade, coloca-se em questão o caráter de determinação homogênea que aparece implicado nesse conceito quando não são incorporadas as análises das produções coloniais de raça e de hierarquias raciais. Contudo, é justamente na medida em que as noções de cisgeneridade e de transgeneridade são positivamente tensionadas, no que tange à sua interseccionalização com outros marcadores sócio-políticos, que demais perspectivas outrificadas acrescentam à potência e à importância dessas categorias de análise.

Imaginando Monstros: a Produção das Categorias Trans no Discurso Científico

O primeiro uso da palavra “transexual” na literatura científica remete ao artigo “Psychopathia Transexualis” (1949), do sexólogo estadunidense David O. Cauldwell (1897 – 1959). Cauldwell atuou como cirurgião contratado para o Exército estadunidense e foi também neuro-psiquiatra do Departamento da Guerra (MEYEROWITZ, 2004). Em 1945, deixou de lado a profissão de médico geral para atuar em outra linha: tornou-se escritor de colunas em tabloides, preferindo assuntos como saúde, sexualidade e família. Em suas colunas, ele cobria uma diversidade de assuntos, mas frequentemente voltava aos temas da travestilidade e diversidades de gênero. De 1946 a 1949, foi editor da seção de perguntas e respostas da revista *Sexology*, onde publicou “Psychopathia Transexualis” (1949).

Este artigo escrito por Cauldwell é de nosso interesse por muitas razões. Em primeiro lugar, ele inaugurou o termo “transexual”, que baliza até os dias de hoje as políticas de saúde pública para a comunidade trans e gênero-diversa no Brasil, embora a palavra tenha sido reelaborada em termos de identidades sociais (JESUS, 2012).

Além disso, este artigo traz consigo influências de outros autores clássicos da sexologia: o próprio título é uma referência direta ao livro



"Psychopathia Sexualis", de Richard Krafft-Ebbing, um tratado sobre perversos, pervertidos e degenerados publicado em 1886⁷.

Por fim, o artigo nos conta a história de Earl, uma pessoa que hoje entendemos como transmasculina e que, na ocasião, recorreu ao médico para efetivar sua cirurgia de redesignação sexual. Os casos de transição de feminino para masculino se tornaram incomuns na literatura científica após a transição altamente publicizada de Christine Jorgensen⁸, em 1952.

Na abertura do artigo de Cauldwell, encontramos o seguinte trecho:

Um dos desvios sexuais mais comuns é a Psicopatia Transexual – um patológico e mórbido desejo de ser um membro completo do sexo oposto. Este desejo é tão poderoso que o indivíduo insiste em uma – geralmente impossível – cirurgia elaborada que poderia transformá-lo em uma mulher completa, ou transformá-la em um macho biologicamente perfeito. Nosso renomado autor nos apresenta a revisão do caso mais interessante sob suas observações. A condição, incidentalmente, não é absolutamente rara. Existem milhares de casos. – Editor [da Sexology] (CAULDWELL, 1949, p.45. Tradução nossa)

Esta introdução nos suscita diversas reflexões. Primeiramente, já denota o enquadramento da transexualidade como uma doença – de acordo com o paradigma de patologização das identidades trans. Mais do que isso, enquadra a transexualidade como uma subcategoria de psicopatia e a descreve como um desejo mórbido de ser um homem ou uma mulher completa.

Aqui, Cauldwell utiliza a cisgeneridade heterossexual como matriz orientadora e parâmetro de normalidade. Para ele, a transexualidade é uma doença, e na condição de doença, era preciso estabelecer os seus critérios diagnósticos:

Quando um indivíduo falha em amadurecer de acordo com seu status biológico e sexológico correto, este indivíduo é psicologicamente

⁷ "Psychopathia Sexualis" consiste em uma classificação das patologias no campo das funções sexuais, abrangendo coprofilia, lesbianidade, necrofilia, bestialidade, delírio erótico, entre outros "desvios". Nota-se aqui muita semelhança com os antigos tratados taxonômicos sobre "monstros". Krafft-Ebbing elabora diversos conceitos de psicopatia que envolvem uma mescla de masculino e feminino. Eles são o fetichismo e a antipatia sexual. É dentro da categoria de antipatia sexual que ele desenvolve a categoria de hermafroditismo psíquico, um conceito antecessor à transexualidade. Ver mais em: LEITE JÚNIOR, 2008.

⁸ Cristine Jorgensen foi fotógrafa e editora de filmes no Bronx (EUA). A sua transição de gênero, em 1952, ganhou manchetes em diversos países ao redor do mundo. Ver mais em: FACCHINI, SIMÕES, 2009; STRYKER, 2012.



(mentalmente) deficiente. A condição psicológica é, na realidade, a doença. Quando um indivíduo que é desfavoravelmente afetado psicologicamente resolve viver e se portar como um membro do sexo ao qual ele ou ela não pertence, este indivíduo é o que se pode chamar de transexual psicopático. Isso significa simplesmente que essa pessoa não é mentalmente saudável e, em decorrência disso, essa pessoa deseja viver como um membro do sexo oposto. (CAULDWELL, 1949. p.41. Tradução nossa)

Neste parágrafo observam-se diversos elementos sobre o diagnóstico da pessoa transexual conforme a perspectiva de David Cauldwell. Em primeiro lugar, notamos que aquilo que caracteriza a transexualidade, para ele, é um fracasso, especificamente o fracasso de amadurecer de acordo com o status biológico correto. Este status biológico correto não é definido em qualquer momento do artigo, ele é apenas implícito.

A normalidade é tida como tão auto evidente que dispensa formulações profundas. Ela não se nomeia, apenas nomeia o outro. Isso porque as definições de modos de vida normais ou transtornados estão inscritas em um marco de regulação e controle produzido com o aval da verdade científica (PRECIADO, 2018). A normalidade se fabrica como natural no instante em que fabrica o seu Outro como antinatural.

Retomemos o que dizia Cauldwell. Para ele, a condição psicológica é a realidade da “doença” transexual. Isto significa que a causa primária da doença não se manifesta no corpo, mas na mente. Segundo Cauldwell, a transexualidade é caracterizada como uma deficiência mental, mas que repercute performaticamente no corpo do sujeito: é como decorrência de uma mentalidade “insana” que a pessoa trans deseja ser e porta-se como alguém de outro sexo/gênero (CAULDWELL, 1949).

Se a transexualidade é decorrência de uma doença mental, como propôs Cauldwell, deve haver um conjunto de condições naturais que propiciem o seu desenvolvimento:

Entre os dois sexos há indivíduos que desejam ser membros do sexo ao qual eles não pertencem propriamente. Sua condição geralmente advém de um cenário hereditário precário e de um ambiente altamente desfavorável na infância. Proporcionalmente existem mais indivíduos nessa categoria entre os ricos que entre os pobres. A pobreza e suas necessidades servem, por extensão, como dissuasões (CAULDWELL, 1949, p.40. Tradução nossa.).



Aqui, Cauldwell não faz referência a qualquer pesquisa quantitativa ou qualitativa sobre pessoas trans. A sua atuação como médico o autoriza a afirmar que existem mais pessoas trans entre os ricos que os pobres, embora não fundamente essa informação com dados empíricos. Somos levados a intuir que ele provavelmente falava a partir de sua própria experiência profissional, atravessada por uma interpretação moralista e cisnormativa sobre saúde mental.

Em outro momento, Cauldwell também assinala:

Apesar de a hereditariedade ter parte na produção de indivíduos que possam ter tendências psicopáticas, casos dignos de pena tais como os descritos aqui são largamente produtos de um ambiente infantil desfavorável e pais ou outros parentes próximos indulgentes demais (CAULDWELL, 1949, p.44. Tradução nossa).

Com isso, o médico vincula a transexualidade também a uma questão de educação: caso tivessem suas práticas restritas já na infância, seria muito pouco provável que as pessoas transexuais viessem a desenvolver sua condição na vida adulta. Além disso:

A característica psicopática não se manifesta, como se pode pensar, na homossexualidade ou travestismo [sic], tampouco na adoção de uma profissão masculina ou feminina, mas em práticas como a sedução, o parasitismo, a violação de códigos sociais de numerosas maneiras, frequentemente cleptomania e roubo, mentiras patológicas e outras tendências criminosas e antissociais (CAULDWELL, 1949, p.44. Tradução nossa).

Note-se a relação de intimidade que se estabelece entre o conceito de transexual e a figura do criminoso aos olhos de Cauldwell. Até aqui, já conhecemos os contornos da doença, segundo o diagnóstico médico. Mas todo diagnóstico traz consigo uma expectativa de tratamento:

Progresso tem sido feito. Dentro de um quarto de século, a educação social deve servir como um preventivo em praticamente todos os casos e as organizações sociais devem ser capazes de reabilitar os poucos indivíduos que ficarem pelo caminho (CAULDWELL, 1949, p.45. Tradução nossa).

O artigo “Psychopathia Transexualis” é, sem dúvidas, uma referência teórica, sobretudo por ter inaugurado a categoria “transexual” na literatura médica. Apesar disso, não deixa de ser um artigo problemático, tendo em vista suas diversas contradições. A maior delas é



esta: ao mesmo tempo em que caracteriza a transexualidade como uma espécie de psicopatia, vinculada à violação de códigos sociais, admite que há muitos casos de pessoas transexuais que se ajustaram bem à sociedade.

Ao longo da década de 1950, o conceito de “transexual” foi reutilizado e reelaborado por diversos autores, sendo Harry Benjamin (1885 – 1986) o mais notável. Nascido em Berlim, na Alemanha, Benjamin formou-se médico pela Universidade de Tübingen, em 1912. Inicialmente, interessou-se pelo estudo daquilo que se entendia como problemas de saúde pública, tais como a tuberculose e a prostituição. No ano seguinte, mudou-se para os Estados Unidos, onde começou a se interessar pelo tema da endocrinologia. Ganhou proximidade com o pesquisador Magnus Hirschfeld – que cunhou o termo “travesti”, em 1910 –, com Eugen Steinach – autoridade em cirurgias de redesignação sexual em animais – e com Alfred Kinsey – sexólogo célebre por ter promovido os Estudos Kinsey. A partir deste momento, Benjamin dedicou sua carreira ao estudo da transexualidade.

Harry Benjamin argumentava que a identidade de gênero de uma pessoa não poderia ser mudada. Ao médico, cabia a responsabilidade de ajudar as pessoas trans a experienciar vidas mais felizes e plenas no gênero com o qual elas se identificavam. Para Benjamin, o termo “transexual” distinguia pessoas como Christine Jorgensen⁹, que buscavam modificações corporais cirúrgicas e tratamentos endocrinológicos, de travestis como Virginia Prince¹⁰, que não desejavam qualquer tipo de modificação corporal cirúrgica. É importante notar que, no Brasil, o termo “travesti” refere-se a uma identidade de gênero distinta e não necessariamente descarta a possibilidade de modificação corporal.

Na década de 1950, tanto a travestilidade quanto a transexualidade passaram a ser vistas como fenômenos à parte. Antes disso, casos que hoje compreendemos como transgeneridade eram frequentemente interpretados, de maneira relativamente homogênea, através de termos como hermafroditismo psíquico, inversão sexual, eonismo, uranismo, homossexualidade. Parcela da responsabilidade por essa divisão conceitual pode ser creditada à Harry Benjamin e seu livro “The Transsexual Phenomenon”, publicado em 1966. Nesta obra, bem como em suas outras publicações, Benjamin estabeleceu boa parte da

⁹ Mulher trans cuja cirurgia de redesignação sexual foi altamente publicizada, em 1952.

¹⁰ Ativista trans, a quem frequentemente é creditado o primeiro uso do termo “transgênero”.



abordagem médica moderna às questões de transgeneridade (FACCHINI; SIMÕES, 2009; STRYKER; WHITTLE, 2006.).

Na sequência, gostaríamos de analisar o artigo “Transsexualism and Transvestism as Psycho-Somatic and Somato-Psychic Syndromes”, publicado por Harry Benjamin em 1954. O texto foi apresentado à Associação Estadunidense para o Avanço da Psicoterapia¹¹, em um simpósio temático organizado pelo próprio autor, após a publicidade da cirurgia de redesignação sexual de Christine Jorgensen, em 1952. Neste artigo, Benjamin propôs muitas reflexões que estariam presentes em sua obra posterior, apresentando um método sistemático para diferenciar as inter-relações entre identidade de gênero e orientação sexual.

Começamos pela definição de transexualidade proposta por Benjamin, que abre o seu artigo:

Travestismo tornou-se o termo aceito para descrever o desejo de um certo grupo de pessoas de se vestir com as roupas do sexo oposto. Este termo, utilizado primeiramente por Magnus Hirschfeld, tem a desvantagem de nomear um distúrbio de comportamento e emoção a partir de apenas um de seus sintomas, apesar de este ser o mais conspícuo. Este sintoma, que também é conhecido como “cross-dressing”, é o saciamento simbólico de um desejo profundo e mais ou menos intenso que sugere uma desarmonia no sentido sexual total, um indecisão sexual ou uma dissociação da sexualidade física e mental. Havelock Ellis propôs o termo “eonismo”, nomeando-o a partir de seu protótipo (...). Hamburguer e seus sócios na Dinamarca reservaram o termo eonismo para os casos severos do que chamaram “travestismo verdadeiro”. Eles também caracterizaram o fenômeno como “hermafroditismo físico”. Este é o mesmo grau extremo de travestismo para o qual eu utilizei o termo transexualismo, pois a transformação do sexo é o principal desejo. Cauldwell chamou isto de *Psycopathia Transsexualis* (BENJAMIN, 1954, p. 45-46. Tradução nossa).

Este trecho escrito por Benjamin, apesar de breve, pode nos oferecer inúmeros caminhos de reflexão. Em primeiro lugar, notemos a expressão “roupas do sexo oposto”, que o autor utiliza ao descrever a travestilidade: ao reduzir todo o espectro das identidades de gênero a apenas duas possibilidades opostas (homem/mulher), com indumentárias fixas, Benjamin corrobora o modelo binário de

¹¹ No original, U.S. Association for the Advancement of Psychotherapy.



sexo/gênero, um dos pilares da cisnormatividade (BONASSI, 2017; LANZ, 2014; VERGUEIRO, 2015).

Cabe ressaltar que o sistema binário de sexo/gênero ganhou força a partir do século XVIII, principalmente na literatura médica europeia (LAQUEUR, 2001). Apesar de se propagar como um sistema de classificação universal – o brancocistema-mundo –, fundamentado biologicamente, ele é, do contrário, um modelo político-discursivo que deve ser analisado em sua especificidade histórica e cultural (AGUIAR, 2020). Não se trata apenas de entender que o sistema de classificação binária de sexo/gênero invisibiliza outros arranjos de características sexuais e identidades de gênero, como aqueles vividos pelas pessoas intersexo. Trata-se, também, de reconhecer o caráter construído, múltiplo, maleável e mutável de todos os corpos com gênero (PRECIADO, 2018), inclusive os cisgêneros.

Observemos, na sequência, o vocabulário utilizado por Benjamin para traçar a distinção entre travestilidade e transexualidade. Em seu trabalho, a travestilidade é entendida como *travestismo*, em que o sufixo *-ismo* refere-se ao diagnóstico científico de doença¹². Conforme Michel Pêcheux, é preciso entender que todo discurso é ideológico e a língua materializa o discurso; por mais racional que seja, o discurso nunca é neutro (PÊCHEUX, 2009, p.82). Para Pêcheux, no entanto, o discurso sempre se inscreve em uma relação ideológica de classes. Gostaríamos de acrescentar que as relações de poder fundamentadas no racismo, cisnormatividade, etnocídio, capacitismo, machismo, entre tantas outras, atravessam diametralmente as questões de classe, sobretudo em países advindos de experiências coloniais como o Brasil.

Mas, como Harry Benjamin argumenta, a travestilidade é apenas o sintoma mais evidente da doença, sendo esta a transexualidade, que consiste em uma desarmonia no sentido sexual total, uma indecisão sexual ou uma dissociação da sexualidade física e mental (BENJAMIN, 1959). O autor estabelece, por correlação, a cisgeneridade como norma e ideal de saúde física e mental. A transexualidade, para ele, é uma

¹² O sufixo *-ismo* pode significar doutrinas ou sistemas, modo de proceder ou pensar, terminologias científicas ou doenças. Mas não se trata apenas de um problema de sufixo. É preciso notar que a palavra “transexualismo” tem uma historicidade própria, e foi frequentemente utilizada em estudos científicos de viés patologizante. Processo semelhante ocorreu com o termo *-homossexualidade*. Quando a Associação Americana de Psiquiatria tirou o “homossexualismo” da classificação de doenças mentais, em 1973, alterou o sufixo da palavra. A partir de então, passou a utilizar “homossexualidade”.



desarmonia no sentido sexual “normal” de uma pessoa. Mais uma vez a cisgeneridade foi traçada como o ideal não-nomeado, implícito, auto evidente.

Conforme Benjamin, a transexualidade consiste em um grau extremo de travestilidade, no qual se manifesta o desejo pela cirurgia de redesignação sexual. O autor vincula o fenômeno da transexualidade diretamente ao desejo da pessoa de realizar modificações corporais. Curiosamente, este diagnóstico não se aplica às pessoas cisgêneras que queiram passar por procedimentos estéticos e cirúrgicos, pois o desejo de modificar o próprio corpo, neste caso, é visto como legítimo e saudável. Usar perucas, implantar silicone, remover seios, retirar pelos corporais e realizar reposição hormonal foram técnicas largamente utilizadas por pessoas cis e trans, principalmente a partir de meados do século XX no mundo ocidental capitalista (PRECIADO, 2018), mas apenas no caso das pessoas trans o desejo de realizá-los foi interpretado como sintoma de uma doença.

Em seu esboço de sintomatologia, Benjamin vê a travestilidade como uma forma de fetichismo. Com isso, ele traça uma distinção entre as pessoas que vestem roupas associadas com outro sexo/gênero e pessoas que efetivamente desejam ser reconhecidas como alguém pertencente a outro sexo/gênero. Assim, para Benjamin:

A pessoa transexual é sempre travesti, mas o contrário não se aplica. Na verdade, a maioria das travestis estariam horrorizadas com a ideia de se operar. A pessoa transexual, por outro lado, apenas vive pelo dia em que seus odiados órgãos sexuais poderão ser removidos, órgãos que, para ele [sic] não são nada além de uma deformidade terrível. Assim a pessoa transexual sempre busca por auxílio médico, enquanto a travesti, como uma regra, meramente pede para ser deixada sozinha (BENJAMIN, 1954, p.46.)

Desta forma, a categoria científica da transexualidade já nasceu vinculada à noção de desconforto físico e intervenções cirúrgicas (LEITE JÚNIOR, 2008). Tanto David Cauldwell (1949) quanto Harry Benjamin (1959) não concebiam pessoas transexuais que se sentissem bem com seus corpos, dispensando qualquer tipo de modificação corporal. Para os autores, o desconforto com o corpo formava a própria base ontológica da transexualidade, eternamente dependente da autoridade médica para poder existir. Cabia ao médico, munido do respaldo técnico e teórico de seu ofício, o papel de autorizar ou impedir que se realizassem as intervenções cirúrgicas no corpo da pessoa transexual. É preciso notar



que, se a ciência alcançou o lugar hegemônico como discurso e prática na cultura ocidental, isso se deve ao seu funcionamento como aparato discursivo-material da produção de corpos (PRECIADO, 2018).

Mas voltemos a Harry Benjamin. O pesquisador entendia a transexualidade como um fenômeno causado por uma combinação de influências fisiológicas, psicológicas e hormonais. A travestilidade, no seu entendimento, era apenas um fetiche, podendo ser tratada com psicoterapia, caso o paciente desejasse uma cura. A cura da transexualidade, por sua vez, era inalcançável por qualquer método disponível em seu tempo. Assim, o tratamento ideal da transexualidade consistia em uma combinação de ajuda psiquiátrica, tratamento hormonal e, apenas em alguns casos, cirurgia.

Tanto Harry Benjamin (1959) quanto David Cauldwell (1949), em maior ou menor grau, atribuíram à transexualidade o status de doença, entendendo-a como um desvio de uma normalidade jamais explicitada. Esta era a normalidade cisgênera, heteronormativa, racista, voltada para a procriação, tendo em vista a saúde do corpo social no cerne de um brancocistema-mundo colonial.

Pode-se analisar esta noção de normalidade à luz da biopolítica (FOUCAULT, 1999; LAZZARATO, 2019; PELBART, 2015; RABINOW, ROSE, 2006), uma tecnologia de poder que converte a população em um conjunto de seres vivos e coexistentes, com características biológicas e patológicas específicas. Para administrar esta população é necessário, entre outras coisas, desenvolver uma política de saúde capaz de intervir nas condições de vida, para modificá-las e impor-lhe normas específicas (FOUCAULT, 2008).

O paradigma patologizante da transgeneridade, ao mesmo passo em que vinculou a diversidade das identidades de gênero humanas às categorias diagnósticas, preconizando desde ali os tratamentos para a sua cura, também estabeleceu a cisgeneridade heteronormativa, branca, endossexual e capacitista como norma implícita de existência.

Em virtude da escassez do tempo, dedicamos esta seção de artigo apenas aos trabalhos de David Cauldwell, que cunhou o termo “transexual”, em 1949, e Harry Benjamin, que popularizou este termo na década de 1950. Estes trabalhos inauguraram e consolidaram o termo “transexual”, que baliza até hoje as políticas de saúde pública para pessoas trans e gênero-diversas no Brasil.



Reconhecemos que a literatura científica que remete especificamente à transexualidade e travestilidade abarca milhares de publicações, remontando ao trabalho de pesquisadores como Karl von Westphal (1833-1890), Magnus Hirschfeld (1868-1935), Havelock Ellis (1859-1939), Richard von Krafft-Ebbing (1840-1902), Robert Stoller (1924-1991), Richard Green (1936-2019) e John Money (1921-2006). Trata-se evidentemente de um corpo imenso de publicações, que vem sendo investigado em diversas pesquisas (BEEMYN, 2013; CASTEL, 2001; STRYKER, 2012; STRYKER; WHITTLE, 2006), cuja extensa análise não seria possível neste texto.

Terra Brasilis: a Patologização das Vidas Trans e a Colonialidade do Poder do Lado de cá

As pesquisas científicas investigadas até aqui são interpretações possíveis, historicamente situadas, sobre determinado fenômeno histórico – transgeneridade e cisgeneridade – mas de nenhuma maneira equivalem à história e à natureza em si. Se estes estudos aparentam oferecer uma interpretação neutra, objetiva e universal sobre gênero, isso se deve ao funcionamento da ciência como aparato discursivo-material da produção de corpos sexuados, desde o final do século XVIII até meados do século XX, principalmente em países da Europa e, posteriormente, nos Estados Unidos.

Conforme demonstrado por Foucault, neste período configurou-se uma aliança médico-legal que se materializou nos campos da psicologia, da sexologia e da endocrinologia, através dos quais buscou-se entender, categorizar e estabelecer as distinções entre os gêneros (FOUCAULT, 1999). Nesse contexto, órgãos específicos como ovários, testículos e vagina passaram a ser nomeados, e estruturas anatômicas comuns entre homens e mulheres, como o sistema nervoso e os esqueletos, ganharam aspectos diferenciados entre si. Mais do que isso, a fabricação do corpo e do sexo/gênero das pessoas tornou-se um nicho de mercado, principalmente em meados do século XX, naquilo que Paul Preciado chamou de regime farmacopornográfico (PRECIADO, 2018).

Nota-se que esta aliança médico-legal se articulou com os mecanismos de produção de saber a partir de uma configuração social muito específica: as figuras de autoridade nessas instituições eram, de maneira geral, especialistas homens, cisgêneros e brancos, nascidos no



norte global. Nesse sentido, gostaríamos de enfatizar que o monopólio das narrativas trans, não-hétero e não-brancas por pessoas cis, heterossexuais e brancas, seja dentro dos espaços acadêmicos ou fora deles, implica uma injustiça epistêmica (FRICKER, 2006), que nos interdita o lugar de agentes de nossas próprias ficções.

É preciso que pessoas trans do sul global tenham parte na construção das narrativas e epistemologias que regulam nossa existência. Aqui, ressaltamos o direito à produção de saber para além da mera reprodução (FEMENIAS, 2007) desde uma perspectiva contra-colonial (SANTOS, 2015)¹³, reconhecendo a continuidade das relações coloniais de poder na sul de Abya Yala – por meio do racismo, do etnocídio, da cis-heteronormatividade e da gritante desigualdade econômica –, questionando as epistemologias eurocêntricas, seus cânones e seus métodos extrativistas outrora ou ainda autorizados (COSTA, 2014).

Se os conhecimentos produzidos a partir da branquitude e da cisnormatividade parecem dar conta de explicar universalmente os fenômenos sociais, isto também é um sintoma de sua hegemonia colonial. A pessoa branca e cis não se vê como branca e cis, apenas como pessoa (KILOMBA, 2019) – isso porque branquitude e cisgeneridade são tidas como atributos universais que dependem das identidades subalternas para a sua positivação (NÚÑEZ, 2020). A pessoa branca e cis, portanto, autoriza-se e é autorizada socialmente a representar o universal, enquanto que as pessoas não-brancas e gênero-diversas podem, na melhor das hipóteses, representar apenas as suas experiências particulares (CARNEIRO, 2005).

Para produzir uma pesquisa comprometida eticamente com as vidas de pessoas trans, gênero-diversas, não-brancas e demais minorias sociais desde Abya Yala, é fundamental que interpretemos os estudos analisados até aqui como conhecimentos parciais, histórica e culturalmente localizados, passíveis de apagamentos, silenciamentos e injustiças epistêmicas.

Nas sociedades ocidentais de herança colonialista e tradição cristã como o Brasil, costuma haver uma concepção de mundo que entende o gênero como algo universal, binário (macho e fêmea) e atemporal (JESUS, 2014). E esta ideia de gênero como um fato natural, portanto inegável,

¹³ Contra-colonialidade, aqui, é utilizada conforme o pensador quilombola Antônio Bispo dos Santos, mais conhecido como Nêgo Bispo: “E vamos compreender por contra colonização todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios” (2015).



entendido apenas em termos binários, está vinculada a modelos supremacistas de quem é gente e quem não é. Ou seja, só pode ser “humano” quem é gente do jeito certo, do jeito branco-cis-hétero de ser. O binarismo de gênero ocupou e ocupa uma posição privilegiada na regulação social dos corpos dentro desse brancocistema-mundo colonial, bem como o racismo, o etnocídio e a heteronormatividade (LUGONES, 2014). Podemos afirmar que o racismo, o etnocídio e a cis-heteronormatividade foram o tripé da dominação colonial em Abya Yala.

Sob uma ótica biopolítica, reduzir a vida política (bios) à vida nua (zoé) é transformar uma pessoa em vida matável (AGAMBEN, 2002). É o que aponta Ailton Krenak quando afirma que o conceito de humanidade nos alienou da natureza, de modo que pensamos que ela é uma coisa e nós, outra (KRENAK, 2019). Quando descolamos a humanidade da natureza, instauramos uma hierarquia de vidas mais e menos importantes. Quanto mais semelhantes ao que nós consideramos “humano”, maior a importância na escala hierárquica da vida; quanto mais afastada do que consideramos “humano”, maior o seu grau de dispensabilidade. Diz Krenak: “Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza” (KRENAK, *ibid.*).

Em outras palavras, a aversão ao Outro, aos diferentes modelos de mundo e às diferentes formas de ser gente é uma marca colonial de nossa cultura. Racismo e etnocídio podem ser entendidos como tecnologias biopolíticas de colonização do ser dentro do projeto civilizacional colonial que constituiu a nação brasileira. A cisnormatividade e o binarismo de gênero também.

E embora o período colonial brasileiro tenha se dissolvido em 1815, as mazelas coloniais reverberam na arquitetura de nossas cidades, na desigualdade social que tem gênero, raça e etnia, na precariedade do ensino público de qualidade, nos números da população carcerária brasileira, nos saberes que são legitimados em nossas universidades, na forma como constituímos nossas famílias, na forma como concebemos as identidades de gênero, nos inúmeros aspectos da vida em sociedade. No coração deste brancocistema-mundo, racismo e etnocídio seguem (talvez nem tanto) mascarados pelas pautas da guerra às drogas, da segurança pública e do encarceramento, sob a lógica da burocracia e da meritocracia, entre outras dinâmicas que ainda posicionam corpos não-brancos e gênero-diversos à margem do direito à vida.



Conclusão

Ao longo deste artigo, articulamos as categorias de branquitude, cisgeneridade e colonialidade do poder para analisar o paradigma patologizante da transgeneridade, que tem suas raízes no século XIX, mas atingiu sua máxima expressão na década de 1950, com a criação e popularização da categoria diagnóstica de “transexual” na literatura científica. A partir de Vergueiro (2015), propusemos a utilização do conceito de brancocistema-mundo, evidenciando como a colonialidade agencia e é agenciada pela imbricação histórica entre essas duas posições de poder.

Na sequência, dedicamos nossa análise aos trabalhos de David Cauldwell (1949), que cunhou o termo “transexual”, e Harry Benjamin (1959), que popularizou este termo na década de 1950. Com isso, buscamos evidenciar que o paradigma patologizante da transgeneridade, ao mesmo passo em que vinculava a diversidade das identidades de gênero humanas às categorias diagnósticas, preconizando desde ali os tratamentos para a sua “cura”, também estabeleceu a cisgeneridade heteronormativa branca como norma implícita de existência.

Finalmente argumentamos que, se as pesquisas analisadas aparentam oferecer uma interpretação neutra, objetiva e universal sobre gênero, isso se deve: 1- ao funcionamento da ciência como aparato discursivo-material da produção de corpos sexuais/generificados, desde o final do século XVIII até meados do século XX, principalmente em países da Europa e, posteriormente, nos Estados Unidos; 2- à hegemonia colonial da branquitude e da cisgeneridade como categorias universais que dependem das identidades subalternas para a sua positivação.

Tendo estas considerações em mente, ressaltamos que, para produzir uma pesquisa eticamente comprometida com as vidas de pessoas trans, gênero-diversas, não-brancas e demais minorias sociais desde Abya Yala, é fundamental interpretarmos o paradigma patologizante da transgeneridade como um saber parcial, histórica e culturalmente localizado, passível de apagamentos, silenciamentos e injustiças epistêmicas.

Referências



AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AGUIAR, Juno Nedel Mendes de. Habitando as margens: a patologização das identidades trans e seus efeitos no Brasil a partir do caso Mário da Silva (1949-1959). 2020. 179 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

BAGAGLI, Beatriz. O que é cisgênero? Transfeminismo: feminismo interseccional relacionado às questões trans, 2014. Disponível em: <<https://transfeminismo.com/o-que-e-cisgenero/>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

BEMYN, Genny. A Presence in the Past: A Transgender Historiography. In: *Journal of Women's History*, v. 25, n. 4, p. 113-121, Winter 2013.

BENJAMIN, Harry. "Transsexualism and Transvestism as Psycho-Somatic and Somato-Psychic Syndromes," from *American Journal of Psychotherapy*, Vol. 8, pp. 219–230, 1954. In: STRYKER, Susan; WHITTLE, Stephen (Eds.). *The Transgender Studies Reader*. New York: Routledge, 2006. p. 45-53.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: _____; CARONE, Iray (Org.). *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002a.

_____. *PACTOS NARCÍSCOS NO RACISMO: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. 2002. 169 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002b.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. *Revista Lusófona de Educação*, Coimbra, v. 13, p. 183-189, 2009.

BONASSI, Brune Camillo. *Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero*. 2017. 127 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.

BORNSTEIN, Kate. *Gender Outlaw: On Men, Women, and the Rest of Us*. New York: Routledge, 1994.

CARNEIRO, Sueli. *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. Feusp, 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Filosofia da



Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol.21, n.41, 2001.

CAULDWELL, David. *Psychopathia Transexualis*. *International Journal of Transgenderism*, Minnessota, vol. 5, n. 2, 2001.

COSTA, Cláudia de Lima. Feminismos descoloniais para além do humano. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, set./dez. 2014.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

FACCHINI, Regina; SIMÕES, Julio Assis. Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. 196 p. – (Coleção História do Povo Brasileiro).

FAVERO, Sofia. Cisgeneridades precárias: Raça, gênero e sexualidade na contramão da política do relato. *Bagoas*, v. 13, n. 20, p. 169-197, 2019.

FEINBERG, Leslie. *Transgender Warriors: Making History from Joan of Arc to Dennis Rodman*. Boston: Beacon, 1996.

FEMENIAS, Maria Luisa. Esbozo de un feminismo latinoamericano. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 1, jan./abr. 2007.

FOUCAULT, Michel. Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008 (Coleção tópicos).

_____. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquitude não marcada. In: WARE, Vron (Org.). *Branquidade, identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FRICKER, Miranda. Powerlessness and Social Interpretation. *Episteme: A Journal of Social Epistemology*, v. 3, n. 1-2, p. 96-108, 2006.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 115-147, mar. 2008.



JESUS, Jaqueline Gomes de. Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. In:_____. Transfeminismo: teorias e práticas. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

_____. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. 2. ed. Brasília: Autora, 2012.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOYAMA, Emi. Cissexual/Cisgender: decentralizing the dominant group. *Eminism.org*, 2002. Disponível em: <<http://www.eminism.org/interchange/2002/20020607-wmstl.html>>. Acesso em: 20 set. 2021.

_____. “Cis” is real — even if it is carelessly articulated. *Eminism.org*, 2013. Disponível em: <<http://eminism.org/blog/entry/399>>. Acesso em: 23 set. 2021.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

LANZ, Letícia. O corpo da roupa – A pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. 2014. 342 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

LAQUEUR, Thomas. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Tradução Vera Whitely. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAZZARATO, Maurizio. Del biopoder a la biopolítica. 2007. Tradução de Muxuilunak. Disponível em: <<https://sindominio.net/arkitzean/otrascosas/lazzarato.htm>>. Acesso em: 05 out. 2021.

LEITE JÚNIOR, Jorge. “Nossos corpos também mudam”: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. 2008. 230 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

LISBOA, Armando de Melo. De América a Abya Yala – Semiótica da descolonização. *Revista Educação Pública*, Cuiabá, v. 23, n. 53/2, p. 501-531, maio/ago. 2014.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, set.-dez./2014.



MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón (Orgs.). El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: n-1 edições, 2018.

_____. Necropolítica. Arte & Ensaios, n. 32, p. 123-151, dez. 2016.

MEYEROWITZ, Joanne J. How sex changed: a history of transsexuality. First Harvard University Press paperback edition, 2004.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Argentina: Ediciones del signo, 2010.

_____. Histórias locais / Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Trad. de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMS, 2003.

MIRANDA, Jorge Hilton de Assis. Branquitude Invisível – pessoas brancas e a não percepção dos privilégios: verdade ou hipocrisia? In: MÜLLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço (Orgs.). Branquitude: Estudos sobre a Identidade Branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017.

NASCIMENTO, Leticia. Transfeminismo. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NÚÑEZ, Geni. Curso Branquitude e Etnocídio. Ministrado em 25/07/2020, através da plataforma Zoom.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónkẹ́. A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP. Ed: Unicamp. 4ª edição, [1975] 2009.

PELBART, Peter Pal. Políticas da vida, produção do comum e a vida em jogo... Saúde Soc., São Paulo, v. 24, Suppl 1, p. 19-26, 2015.

PRECIADO, Paul B. Testo junkie – Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 edições, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber:



eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p.117-142.

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. Biopower Today. BioSocieties, 2006. Disponível em: <<http://anthropos-lab.net/wp/publications/2007/01/rabinow-rose.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

RADI, Blas. On trans epistemology: Critiques, Contributions, and Challenges. TSQ: Transgender Studies Quarterly, v. 6, n. 1, fev. 2019. p.43-63.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, Quilombos: modos e significações. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o 'encardido', o 'branco' e o 'branquíssimo': raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulista. 122f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, Priscila Elisabete da. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. In: MÜLLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço (Org.). Branquitude: Estudos sobre a Identidade Branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017.

STRYKER, Susan; AIZURA, Aren (Eds.). Transgender Studies Reader 2. New York: Routledge, 2013

_____. Transgender History. Berkeley, CA: Seal Press, 2008.

_____; WHITTLE, Stephen (Eds). The Transgender Studies Reader. New York: Routledge, 2006.

VERGUEIRO, Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: Uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. 243 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

VIDAL-ORTIZ, Salvador. Whiteness. TSQ: Transgender Studies Quarterly, p. 264-266, 2014. Postposttranssexual: Key Concepts for a 21st Century Transgender Studies, edição especial de TSQ.

Inhabiting the margins: Pathologization of trans identities and the coloniality of power in Brazil

RESUMEN/ABSTRACT: This article aims to investigate the process of pathologization of trans identities in Brazil by using cisgenderness, whiteness and coloniality of power as analytical categories. In this sense, we articulate the concept of colonial world-system from the perspective of a whiteworld-cistem, showing how coloniality both acts and is managed in the historical imbrication between these two positions of power. Throughout the article, we dedicate our analysis to the works of David Cauldwell, who coined the term “transsexual” in 1949, and Harry Benjamin, who popularized this term in the 1950s. With this, we seek to show that the pathologizing paradigm of transgenerity, while linking the diversity of human gender identities to diagnostic categories, hence recommending treatments for its cure, also established heteronormative, white, endosexual and ableist cisgenderity as an implicit norm of existence.

PALABRAS CLAVE/KEYWORDS: Pathologization. Transgender. Whiteness. Coloniality of Power. Cisgender.

Juno Nedel Mendes De AGUIAR

Universidade Federal de Santa Catarina

*Juno Nedel é formado em Jornalismo e mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É pesquisador vinculado ao Laboratório Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão em Sexualidades (AFRODITE/UFSC) e diretor do acervo histórico do Museu Transgênero de História e Arte (MUTHA).
E-mail: junonedel@gmail.com*

Vic GUIMARÃES

Universidade Federal de Santa Catarina

*Não-binária transmasculina, branque, endossexual e pessoa sem deficiência. Psicóloga pela Universidade Federal Fluminense, pesquisadora do Laboratório Interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão em sexualidades - AFRODITE, co-organizadora do Coletivo Artístico Poético Nacional TransPoetas, coordenadora da Liga Transmasculina João W. Nery e membro do Fórum de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro. Pesquisa nos cruzamentos entre colonialidade, branquitude, gênero-diversidade, saúde e arte.
E-mail: vic.guimaraes.pinheiro@gmail.com*

Recebido em: 30/10/2021

Aprovado em: 21/12/2021